

POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA: COALIZÕES AO SUL COMO ALTERNATIVA MULTILATERAL

Walace Ferreira

Resumo

Este artigo aborda as alternativas ao Sul estabelecidas pela política externa do governo Lula, tais como a formação do G-20, a constituição do IBSA, o significado dos BRICS, a defesa do regionalismo e a aproximação com a África. O objetivo aqui é identificar estas coalizões, por um lado, como estratégia de política externa do atual governo, e por outro, como resultado da atual configuração das relações internacionais pós era bipolar. Com relatos de ações da política externa mostro como, no multilateralismo em vigor, novas alternativas são propostas pelos países emergentes, buscando ampliar seus poderes de decisão nos principais fóruns internacionais. Neste contexto, a atuação do Brasil tem sido de fundamental relevância.

Palavras-Chave: Política Externa; Governo Lula; Coalizões ao Sul; Multilateralismo; Estratégia.

Abstract

This article focuses and analysis the possibilities to the South established by the foreign policy of the Lula government, such as the formation of G-20, the arrangement of the IBSA, the meaning of the BRICS, the defense of regionalism and the approximation to African Continent. Now, the objective is to identify these coalitions, at first as a foreign policy strategy of the current government and, secondly, as a result of the current configuration of international relations post-bipolar era. With information about foreign policy's actions I try to show how, in a multilateralism manner what force, new alternatives in proposal by developing countries, to expand their skills in major international forums. In this context, the role played by Brazil has been of fundamental importance.

Key-Words: Foreign Policy; Lula Government; The South Coalitions; Multilateralism; Strategy.

Introdução

O principal é fazer história, não escrevê-la.
Otto Von Bismarck
chanceler alemão entre 1871 e 1890

Neste trabalho pretendo discutir as tendências de coalizões ao Sul realizadas pela política externa do governo Luís Inácio Lula da Silva. Procuro perceber de que forma coalizões como a formação do G-20¹, a

¹ O G-20 foi formado na fase de preparação para a V Conferência Mundial do Comércio, em Cancun, em 2003. O grupo, reunindo países em desenvolvimento, serviu como um

constituição do IBSA², a perspectiva dos BRICS³, a defesa do regionalismo⁴ e a aproximação com a África, manifestam-se como características da política exterior do atual governo e de que maneira elas são eficazes para influir sobre a construção de um mundo efetivamente multilateral.

A escolha do tema, destacando-se o período da política exterior de Lula (2003 até 2010), se deve pelo fato de: primeiro, representar o período atual da nossa política externa; segundo, ser este o governo brasileiro pós-Guerra Fria em que a alternativa das coalizões ao Sul se mostra mais presente, tanto por uma escolha dos gestores da nossa diplomacia quanto pelas circunstâncias internacionais favoráveis a esse tipo de iniciativa.

A partir dos anos 1990 novas categorias de análise emergem com a nova ordem internacional, tendo como ponto de partida a vitória do capitalismo americano, a expansão do liberalismo ocidental e a globalização como força motriz dos novos arranjos, naquilo que Octavio Ianni (1997) chamou de o desafio de se pensar a relação entre o local e o global. A globalização engendrou uma nova realidade econômica, marcada pelo aumento veloz dos fluxos financeiros, por uma readequação dos processos de produção e pela flexibilização regulatória nos Estados - devido à necessidade da expansão e abertura dos mercados. Junto desses aspectos, avançou a tendência de formação de blocos econômicos, exatamente para garantir o fortalecimento regional diante da competitividade global.

contra-poder aos interesses dos países centrais.

² O IBSA ou IBAS surgiu como resultado das discussões entre os chefes de Estado dos países do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), na reunião do G-8, que ocorreu em Evian em 2003, e das subsequentes consultas trilaterais entre os países envolvidos.

³ Os BRICs são a designação do acrônimo criado em novembro de 2001 pelo economista Jim O'Neill - do grupo Goldman Sachs - para designar os 4 (quatro) principais países emergentes do mundo (Brasil, Rússia, Índia e China) no relatório "Building Better Global Economic Brics". Usando as últimas projeções demográficas e modelos de acumulação de capital e crescimento de produtividade, o grupo Goldman Sachs mapeou as economias dos países BRICs até 2050, especulando que esses países poderão se tornar a maior força na economia mundial.

⁴ Pensando aqui o apoio dado pelo Brasil a integração regional em torno do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e a proposta de integração na UNASUL (União das Nações Sul-Americanas).

Nesse envolvimento de globalização e pós Guerra Fria, muitas têm sido as leituras acerca do panorama geopolítico, cujas análises invariavelmente sofrem a influência do exato momento em que são feitas dentro de uma realidade profundamente dinâmica. Abaixo apresento duas dessas interpretações, as quais, apesar de partirem de dentro dos Estados Unidos, e a despeito de possuírem diferenças entre si, vêem o fim da hegemonia norte-americana como um fato iminente e real.

A primeira delas é a de Zakaria (2008), para quem vivenciamos o terceiro grande deslocamento de poder da história moderna. O primeiro teria sido a ascensão do Ocidente, por volta do século XV, que resultou na formação da estrutura moderna tal como a conhecemos, composta pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, do comércio e do capitalismo, além de grandes revoluções como a industrial e a agrícola. O segundo ocorreu no fim do século XIX com a ascensão dos Estados Unidos como grande potência ocidental, que a despeito dos períodos de crise, como a de 1929, e a bipolaridade da Guerra Fria, permaneceram hegemônicos por todo século XX. Esse período, chamado de Pax Americana, em que a economia global se acelerou exponencialmente, seria a mola propulsora por trás do terceiro grande deslocamento de poder, traduzido pelo fim da Pax Americana e pela ascensão dos demais países. Assim, Zakaria (2008) entende que o mundo pós-americano consiste numa perspectiva inquietante para os americanos, mas este não será definido pelo declínio dos EUA, porém a sua maior característica é que ele será marcado pela ascensão de outros países e de novas arenas de poder – o que o autor chama de *the rise of the rest*.

A outra leitura que saliento é a de Haass (2008), para quem o mundo não é mais dominado por uma ou mais potências. Sua tese é que o cenário contemporâneo é influenciado por dezenas de protagonistas, estatais e não estatais, que exercem diversos tipos de poder. Nas suas próprias palavras: "The principal characteristic of first-century international relations is turning out to be nonpolarity" (HAASS,

2008, p. 1)⁵. Três fatores ocasionaram, na sua visão, essa não-polaridade. Em primeiro lugar, alguns Estados teriam conquistado poder à medida que suas economias cresceram; em segundo, a globalização teria enfraquecido o papel dos Estados, permitindo que outras entidades acumulassem um poder substancial; por fim, a própria política externa americana teria acelerado o declínio relativo do EUA com a tomada de medidas externas equivocadas.

Tendo em vista a conjuntura acima descrita, abordo neste artigo como o governo Lula tem articulado sua política exterior em torno das coalizões ao Sul, valendo-se destas como alternativa estratégica diante do atual contexto. A relevância dos acertos nas tomadas de decisão de política externa em um mundo globalizado é fundamental para qualquer nação, tanto em âmbito externo, devido às projeções internacionais que se pode alcançar, quanto interno, devido à maneira como os impactos desta inserção acometem as suas populações. Como bem alerta Amaral (2008), a capacidade de se entender o processo global e seu rumo, antecipar decisões e políticas, dar uma resposta adequada às novas realidades, é, em boa medida, o que distingue o êxito do fracasso, a capacidade de liderar ou ser simplesmente objeto dessas transformações.

⁵ Para Haass (2008), além das sete potências mundiais (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), o antigo G-7, que passou a ser acompanhada da Rússia, formando o G-8, são numerosas as potências regionais, sendo forças importantes Brasil e México na América Latina; Nigéria e África do Sul na África; Egito, Irã, Israel e Arábia Saudita no Oriente Médio; Paquistão no Sul da Ásia; Austrália, Indonésia, Coreia do Sul na Oceania e no leste asiático. Junto dessas forças, encontram-se os próprios blocos regionais, como o MERCOSUL, Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), União Européia, a União Africana, a Liga Árabe, a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional, dentre outros. Em seu artigo, Haass também menciona como centros de relevância internacional as organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), além de grandes corporações financeiras como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional; e importantes organizações funcionais, como a Agência Internacional de Energia, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a Organização de Cooperação de Xangai e a Organização Mundial da Saúde. Por fim, outras entidades merecedoras de inclusão global, segundo o autor, e que concorrem para demonstrar um mundo não-polar, seriam as redes de comunicação de grande repercussão internacional (Al Jazeera, BBC e CNN); milícias de grandes causas regionais (Hamas, Hezbollah, Exército Mahdi, Talibã), organizações terroristas (como a Al Qaeda), e algumas ONGs (Organizações Não Governamentais) internacionais (Fundação Bill e Melinda Gates Foundation, Médicos Sem Fronteiras, o Greenpeace, e a Cruz Vermelha).

A política externa do Governo Lula e algumas diferenças em relação a seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (FHC)

A política externa brasileira conheceu notável evolução nos últimos anos, os quais compreendem os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso e as duas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva. Este período teve início no auge do modelo neoliberal da globalização com a ideia de que o país deveria se inserir no cenário internacional numa perspectiva de ampla abertura aos fluxos comerciais e financeiros advindos de fora (VIZENTINI, 2005). O fim do governo FHC assistiu aos atentados de 11 de setembro de 2001, grande evento da política internacional do século XXI, cujos efeitos ensejaram a guerra ao terrorismo por parte do governo Bush. Este acontecimento alterou a relação dos Estados Unidos com a América do Sul, gerando um vácuo de influência na região que permitiu o aumento da influência diplomática brasileira diante de seus vizinhos, desde que não apontasse contra interesses norte-americanos.

Como sublinhado por Vizontini (2005), uma inflexão foi esboçada por FHC ao longo do seu segundo mandato, formulando, ainda que timidamente, uma postura mais crítica em relação à globalização e a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), bem como uma iniciativa de integração sul-americana. O governo Lula, por sua vez, reforçou a atuação internacional do país, especialmente em relação à América do Sul, aos organismos internacionais e às potências emergentes do Sul, e aproveitou-se bem daquele relativo vácuo na região deixado pelos Estados Unidos.

Imediatamente após suas posses, Lula e seu chanceler, Celso Amorim⁶, declararam a necessidade de se reinterpretar as premissas clássicas da política externa brasileira, dando a elas novo sentido. O objetivo seria garantir a sustentação de uma estratégia de inserção internacional diferente daquela presente na maior parte do governo FHC, acusada pejorativamente de entreguista e de alinhada com as

⁶ A própria indicação de Amorim como ministro de Relações Exteriores indicava a prioridade da área externa no governo Lula. Celso Amorim é diplomata de carreira e sempre defendeu uma postura autônoma do Brasil nos foros multilaterais.

potências no Norte. Na visão petista, a inserção brasileira deveria estar adequada às demandas das novas coalizões sociais, voltadas para a percepção do papel de destaque a ser ocupado pelo Estado brasileiro no mundo e dos constrangimentos internacionais à inserção periférica dos países em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2005).

Na visão do ministro Celso Amorim (2005), o governo Lula deixou para trás mecanismos de inserção dependente para situar o Brasil entre as nações que procuram andar por conta própria, defendendo que, com o petista, foram impostas inovações conceituais e diferenças práticas. Amorim, enquanto fiel ministro das Relações Exteriores de Lula desde o início do seu governo, define a política externa de que é participante como ativa e altiva, o que significa uma postura voltada para a defesa da soberania nacional e igualdade entre as nações. De Cardoso a Lula, as características da ordem internacional passaram por mudanças concretas, e provavelmente irreversíveis, de maneira que, junto, modificou-se a maneira brasileira de se fazer política externa, e é nessa direção que a política exterior brasileira torna-se parte ativa na confecção do sistema global.

Esse argumento é importante, pois traz à tona a reflexão de que as ações estratégicas de cada governo, ou as escolhas que seus chefes fazem, dependem fortemente das circunstâncias que cada contexto lhes oferece. É nesse sentido que Cervo e Bueno (2008), em estudo sobre os paradigmas⁷ da nossa política externa, entendem que o chamado paradigma logístico, introduzido por Cardoso, foi consolidado por Lula. Com este paradigma vigorando, não se admite que diante das forças internacionais os governos sejam incapazes de governar, visto que o Brasil se apresenta como sociedade organizada, com suas federações de classe articulando industriais, agricultores, banqueiros, operários, comerciantes e consumidores, cabendo ao Estado apoiar a realização dos interesses desses segmentos, zelando pelo bem-estar coletivo.

⁷ Artigo em que Amado Cervo desenvolve melhor as características dos paradigmas de política externa e como eles estiveram presentes nos países da América Latina e no Brasil é Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático (2003). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a01.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

Como isso tudo depende do interno e do externo, o Estado entra com o peso do nacional sobre a política exterior e torna-se agente da governança global. Essa evolução, para os autores, é o que permite a política exterior da era Lula caminhar rumo à maturidade.

A busca do Governo Lula pelas coalizões Sul-Sul

A partir da década de 1970, o termo Sul passou a ser empregado no sentido de identificar os países em desenvolvimento, aproveitando-se do fato de todos os países subdesenvolvidos, com exceção de Austrália e Nova Zelândia, localizarem-se geograficamente ao sul do globo. Já o termo Cooperação Sul-Sul ganhou destaque no âmbito da pressão dos países em desenvolvimento por acordos internacionais que reduzissem as disparidades econômicas entre nações do Norte e do Sul (UNDP, 2004). As coalizões ao Sul, portanto, não são recentes, mas ganharam força atualmente e tem exercido papel diferente na atual conjuntura, e é dessa peculiaridade que procuro tratar aqui.

A busca de cooperações Sul-Sul pelos países emergentes é facilitada pelo fato de compartilharem uma série de características e desafios comuns. Nos últimos anos verificou-se uma explosão da participação de Estados em desenvolvimento (também chamados de PEDs) em organismos internacionais, apesar desses países ainda enfrentarem diversos constrangimentos nos foros de debate, decorrentes das assimetrias de poder e da distribuição desigual de benefícios. Apesar das dificuldades e visando agregar maior poder de barganha frente às economias mais fortes, muitos países em desenvolvimento estão se organizando para atuarem em bloco nos organismos multilaterais (OLIVEIRA, 2007).

O Brasil, enquanto um dos principais atores emergentes, tem buscado coalizões desta natureza visando sucesso em suas iniciativas multilaterais. No governo Lula, especialmente, esse tipo de estratégia tem se mostrado mais intenso que no período FHC, tanto por uma lógica diferente de funcionamento da sua diplomacia – influenciado por suas bases ideológicas - quanto pelas mudanças verificadas no contexto internacional. Assim, o multilateralismo foi eleito por Lula como caminho

fecundo de sua política exterior, ao passo que os argumentos de Zakaria (2008) e Haass (2008), tomados em síntese, demonstram que o mundo atual tem possibilitado essas articulações ao Sul, os quais fazem parte das profundas alterações sistêmicas do pós Guerra Fria. São essas políticas estratégicas do governo Lula que, em algumas de suas medidas mais destacadas, serão abordadas abaixo.

As coalizões ao Sul como orientação da plataforma política de Lula

A diplomacia do governo atual reflete com considerável expressão o discurso do Partido dos Trabalhadores e essa nova linha de pensamento aparece já em 2003 na V Conferência Mundial do Comércio (OMC), em Cancun⁸ (ALMEIDA, 2004). Os países em desenvolvimento costumavam assistir as negociações, cabendo-lhes cumprir as regras estabelecidas pelas potências do Norte. Desde Cancun, a proposta brasileira e dos emergentes era a de que ou estes países se tornavam parte na confecção das regras, que se tornariam legítimas e justas, ou a produção destas seria paralisada. De modo a criar um contra-poder, a diplomacia brasileira e seus aliados emergentes formaram o G-20, grupo de países que se organizou na fase final da preparação para esta conferência.

O G-20 concentra sua atuação em agricultura, e tem uma vasta e equilibrada representação geográfica, sendo atualmente integrado por 23 membros - 5 da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 12 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Após a falta de resultados concretos no encontro de Cancun, o G-20 dedicou-se a intensas consultas técnicas e políticas, visando injetar dinamismo nas negociações. Foram realizadas diversas reuniões ministeriais do grupo, além de freqüentes reuniões entre chefes de delegação e altos funcionários dos países. O grupo promoveu,

⁸ O G-20 foi formado no dia 20 de agosto de 2003 e a V Conferência da OMC durou de 10 e 14 de setembro deste mesmo ano.

ainda, reuniões técnicas com vistas a discutir propostas específicas no contexto das negociações sobre agricultura da OMC e a preparar documentos técnicos, em apoio à posição comum adotada pelo grupo. A legitimidade do G-20 está, sobretudo, na importância dos seus membros na produção e comércio agrícolas, representando quase 60% da população mundial, 70% da população rural em todo o mundo e 26% das exportações agrícolas mundiais (G-20/MRE, 2003).

Outra mensagem de destaque da política externa de Lula foi realizada logo no seu primeiro ano de governo, no Fórum Econômico Mundial de Davos, em 2003, quando o presidente falou abertamente da sua discordância do modelo neoliberal. Partilha dessa ideia Celso Amorim, que desde o início de sua gestão como ministro das Relações Exteriores, insiste na visão de que a fé cega na abertura dos mercados e na retração do Estado é incapaz de induzir o desenvolvimento e a igualdade entre as nações, assim como impede a realização de legítimos objetivos externos. Devemos sublinhar, no entanto, que ao longo do governo esse discurso foi se flexibilizando, ganhando contornos de propostas de reforma do sistema internacional e de articulação em busca da promoção dessas reformas, de maneira que a política externa do governo Lula nunca se assemelhou, por exemplo, a outras tendências radicais presentes na América do Sul.

Dessa maneira, ganha corpo o conceito de multilateralismo da reciprocidade⁹, que consiste em defender o livre comércio caracterizado pela reciprocidade. Disse o presidente Lula em Davos, a 26 de janeiro de 2003: "Queremos o livre comércio, mas um livre comércio que se caracterize pela reciprocidade" (CERVO e BUENO, 2008, p. 496). Tal lógica, segundo o presidente, deveria ser aplicada não apenas no que tange ao comércio internacional, mas também em quadrantes como segurança, questões ambientais, saúde e direitos humanos. O exemplo prático da aplicação do multilateralismo da reciprocidade tem aparecido exatamente no empenho brasileiro em formar coalizões ao Sul. É nesse

⁹ O conceito envolve dois pressupostos: a existência de regras para compor o ordenamento internacional sem as quais irá prevalecer a disparidade de poder em benefício das grandes potências, e a elaboração conjunta dessas regras a fim de garantir reciprocidade de efeitos para que não realizem interesses de uns em detrimento de outros.

sentido que surgiu o IBAS (ou IBSA), iniciativa de Índia, Brasil e África do Sul como resultado das discussões entre os chefes de Estado dos seus países, na reunião do G-8, ocorrida em Evian, em 2003, e das conseqüentes consultas trilaterais entre estas nações.

Neste mesmo ano, em Brasília, os Ministros das Relações Exteriores dos respectivos países (Nkosazana Dlamini Zuma, da África do Sul, Celso Amorim, do Brasil e Yashwant Sinha, da Índia) lançaram o Fórum de Diálogo IBAS, formalizando o grupo a partir da Declaração de Brasília. Com isso, Índia, Brasil e África do Sul perseguiriam interesses comuns de tomada de decisão a nível global, posicionando-se contrários à política de subsídios agrícolas praticados pelos países desenvolvidos e defendendo uma ordem multipolar estruturada a partir da atenção ao Direito Internacional e a democracia (FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS, 2003). O problema maior a ser ressaltado é a composição, num mesmo grupo, de um país como o Brasil, que defende o livre-comércio, e de outro lado, países como Índia e China, que defendem o auto-protecionismo, alegando não poder abrir mão deste mecanismo como forma de sustentação dos milhões de famílias que vivem em suas áreas rurais.

Apesar dos desafios, existem perspectivas positivas quanto a esta coalizão, de modo que os objetivos principais do Fórum do Diálogo IBAS são: a) promover o diálogo Sul-Sul, a cooperação e posições comuns em assuntos de importância internacional; b) promover oportunidades de comércio e investimento entre as três regiões das quais os países fazem parte; c) promover a redução internacional da pobreza e o desenvolvimento social; d) promover a troca de informação trilateral, melhores práticas internacionais, tecnologias e habilidades, assim como cumprimentar os respectivos esforços de sinergia coletiva; e) promover a cooperação em diversas áreas, como agricultura, mudança climática, cultura, defesa, educação, energia, saúde, sociedade de informação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio e investimento, turismo e transporte (IBAS, 2008).

Outro modelo de articulação ao Sul, que se anuncia eficaz, pode se desenvolver entre os países denominados BRICs, onde o Brasil aparece como uma das principais forças, junto de Rússia, Índia e China.

A perspectiva indicada pela Goldman Sachs de que estes países podem estar na vanguarda econômica e demográfica da segunda metade deste século, e a revelação de que eles já congregam quase metade da população e um terço da riqueza global, como bem nos lembra Souza (2009), deixou entrever um potencial estratégico que eles próprios pareciam desconhecer. Segundo Lacerda (2007) o ganho de destaque desses emergentes no cenário internacional não ocorre sem motivos. Ele nos revela que no ranking dos dez maiores países segundo PIB (Produto Interno Bruto) por Paridade de Poder de Compra (PPC), encontramos todos os BRICs. Conforme dados do FMI (Fundo Monetário Internacional), com base no ano de 2007, a China está em segundo lugar, com um PIBPPC de US\$ 6,9 trilhões, logo após os EUA. A Índia, com um PIBPPC de US\$ 2,9 trilhões aparece em quarto lugar, vindo depois do Japão e antecedendo a Alemanha. Em sexto lugar está o Brasil, com PIBPPC de 2,8 trilhões. Em seguida vem o Reino Unido e, depois, a Rússia, com PIBPPC de pouco mais de 2 trilhões¹⁰.

Embora os BRICs não sejam um grupo institucionalizado, o acrônimo BRIC possibilita que seus países se articulem por maiores reivindicações na agenda internacional, tendo em vista a pujança econômica que detém e que tende a se ampliar daqui há alguns anos conforme as previsões. Apesar das diferenças entre esses países, parece haver vontade de se avançar na cooperação. Prova disso foi a primeira reunião do grupo, ocorrida no último dia 16 de junho na Rússia. Nela, os quatro países discutiram temas relacionados à crise econômica global, a reforma das instituições financeiras internacionais, o papel do G-20, mudanças climáticas e questões de segurança alimentar e energética. Ou seja, temas de competência global, e não sobre uma possível institucionalização do grupo, a despeito desta primeira reunião já representar um bom começo para futuras pretensões. O próximo encontro deverá acontecer em 2010 no Brasil (BBC BRASIL, 2009).

¹⁰ Para ver a listagem completa, assim como a lista elaborada pelo Banco Mundial e pela CIA World Factbook, acessar: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_\(Paridade_do_Poder_de_Compra\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_(Paridade_do_Poder_de_Compra)) >. Acesso em: 13 jul. 2009.

Avançando na integração ao Sul: as relações da política externa de Lula com a América do Sul e a África

América do Sul

Quanto à interlocução regional, o Brasil faz fronteira com praticamente todos os países sul-americanos, excetuando-se Equador e Chile. Entretanto, a combinação de uma proximidade geográfica inescapável com a assimetria no tamanho econômico gerou uma síndrome de desconfiança entre o Brasil e os países da região alimentada pelas diferenças de língua, trajetórias sociopolíticas e características culturais. No entanto, o fato de terem saído de ditaduras militares e retornado a ordem democrática na década de 80 possibilitou uma boa aproximação entre o Brasil e seus vizinhos. A partir daí, por exemplo, foi permitido um contato mais próximo do Brasil com a Argentina, a despeito da persistência até hoje de muitas divergências. Segundo Lima (2005), o elemento de política externa sul-americana que tem maior relevância na região desdobra-se em dois vetores. O primeiro é ofensivo, tratando-se de construir capacidade coletiva de influência nas negociações internacionais, bem como na elaboração de normas globais e regionais, procurando torná-las mais permeáveis aos interesses dos países do Sul. O outro vetor é defensivo, visando evitar que acontecimentos nos interiores dos países vizinhos possam transbordar para as fronteiras nacionais e estimulem ações unilaterais dos Estados Unidos no continente.

Sob o ponto de vista institucional, os países da América do Sul estão integrados em dois blocos principais, o MERCOSUL¹¹ (Brasil,

¹¹ O Mercosul consiste numa união aduaneira entre os cinco países partes, embora devamos ressaltar que a participação definitiva da Venezuela depende da aprovação do seu ingresso no bloco pelo Congresso brasileiro, que tem relutado em fazê-lo alegando a ausência de democracia plena no governo de Hugo Chávez. Recentemente a Câmara dos Deputados aprovou a sua entrada no MERCOSUL, mas o caso ainda será analisado pelo Senado. As discussões para a constituição de um mercado econômico regional para a América Latina remontam ao tratado que estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) desde a década de 1960. Esse organismo foi sucedido pela Associação Latino-Americana de Integração na década de 1980. À época, a Argentina e o Brasil fizeram progressos na matéria, assinando a Declaração de Iguazu (1985), que estabelecia uma comissão bilateral, à qual se seguiram uma série de acordos comerciais no ano seguinte. O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado entre

Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e o Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru). Isso torna as relações mais fáceis, pois se resumem, de certa maneira, a uma correspondência entre o MERCOSUL e o Pacto Andino (JAGUARIBE, 2008). Por outro lado, a marcante assimetria econômica entre os países da região consiste no problema estrutural mais sério para uma efetiva integração, o que acaba exigindo medidas compensatórias para os países mais pobres. Outra dificuldade reside na escolha dessas medidas, o que depende do tipo de ressalvas protecionistas das economias mais débeis, que devem ser, por um lado, satisfatórias para elas e, por outro lado, aceitáveis pelos países maiores.

No governo Lula, a valorização pela América do Sul não é novidade, uma vez que a cooperação regional faz parte de suas tendências de coalizão ao Sul. Nesse sentido, o presidente brasileiro ressaltou diversas vezes a importância estratégica do MERCOSUL para o seu governo, no que poderia constituir uma espécie de base material para a união política da América do Sul. O continente, segundo esse pensamento, deveria estar livre de influências externas, como aparecia no caso da proposta da ALCA.

Algumas diferenças de Lula em relação a FHC podem ser observadas com relação à região. Os temas econômicos e comerciais tiveram, para FHC, prioridade sobre os demais na agenda do MERCOSUL, enquanto para Lula o social e o político parecem ter assumido a precedência no processo de integração. Os progressos, em todo caso, têm sido mais proclamados do que efetivos, em vista de dificuldades econômicas persistentes em cada um dos países (ALMEIDA, 2004).

ambos os países em 1988, fixou como meta o estabelecimento de um mercado comum, ao qual outros países latino-americanos poderiam se unir. Com a adesão do Paraguai e do Uruguai, os quatro países se tornaram signatários do Tratado de Assunção (1991), que estabeleceu o Mercado Comum do Sul, uma aliança comercial visando dinamizar a economia regional, movimentando entre si mercadorias, pessoas, força de trabalho e capitais. Inicialmente foi estabelecida uma zona de livre comércio, em que os países signatários não tributariam ou restringiriam as importações um do outro. A partir de 1995, esta zona converteu-se em união aduaneira, na qual todos os signatários poderiam cobrar as mesmas quotas nas importações dos demais países (tarifa externa comum). No ano seguinte, a Bolívia e o Chile adquiriram o status de associados do Mercosul.

Apesar de todos os embates diplomáticos, não podemos perder de vista a relevância econômica do MERCOSUL, de modo que vários setores brasileiros ancoram-se nas exportações que fazem para os demais membros do bloco. Conforme dados trazidos por Lima e Gatto (2008), o fluxo de comércio com os vizinhos do bloco assumiu em 2006 pouco mais de 10% do total exportado pelo Brasil, perdendo apenas para parceiros tradicionais no intercâmbio comercial, como a União Europeia, com 22,5%; EUA, com 18%; e Ásia com 16%. Os números confirmam a importância do MERCOSUL como área estratégica para o Brasil, e nos leva a conclusão de que as análises acerca das vantagens e desvantagens do regionalismo tendem a pesar para o lado da aceitação da integração como melhor caminho, escolha que a política exterior de Lula tem defendido com afinco.

Segue essa tese a ambição integracionista buscada na formação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), comunidade formada por doze países sul-americanos (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela). Este modelo de integração deverá ocorrer nas áreas econômica, social e política, e dentro deste objetivo espera-se uma coordenação e cooperação maior em segmentos como educação, cultura, infraestrutura, energia, ciências e finanças. Além disso, tem-se a expectativa de avançar em pontos extremamente relevantes para o Brasil e toda a região, como na criação de um Conselho de Defesa da América do Sul, de um Parlamento Único, de uma moeda única e de um banco central. Ficou previsto, de acordo com o tratado, reunião anual dos chefes de Estado e de governo da Unasul, e encontros semestrais do Conselho de Ministros de Relações Exteriores (SUAPESQUISA.COM/ UNASUL, 2008)¹². A efetivação dessa iniciativa, no entanto, depende de muitos

¹² O primeiro passo para essa integração ocorreu em 8 de dezembro de 2004, na cidade de Cuzco, no Peru, quando foi realizada a 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul. Nesta ocasião, foi redigido um documento (Declaração de Cuzco) que criou as bases para a UNASUL. O projeto criado nesta oportunidade ganhou o nome de Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações). Em 2007, durante a 1ª Reunião Energética da América do Sul (realizada na Venezuela), o nome foi modificado para UNASUL. Contudo, somente em 23 de maio de 2008, em Brasília, representantes dos doze países assinaram efetivamente um tratado para criá-la. Ressaltemos que este tratado ainda precisa ser ratificado pelos congressos dos países membros.

aspectos importantes, devendo ser um processo de longo prazo, e que, como tal, está permeado de ambição por todos os lados e de ceticismo por parte dos críticos.

África

Na lógica de funcionamento da política internacional, a inclusão de novos atores é um passo decisório na afirmação do multilateralismo. É com a tomada dessa premissa que podemos verificar um aumento recente das relações brasileiras com o continente africano, mais uma relevante ação de cooperação ao Sul estabelecida pela diplomacia brasileira. Sublinho, no entanto, que nem todos vêem essa proximidade positivamente, como é o caso de Amaral (2008). Para ele o Brasil se encontra a meio caminho entre pobres e ricos, entre subdesenvolvidos e desenvolvidos e, de acordo com sua opinião, as relações com a África são reflexo da falta de continuidade da nossa política externa ao longo de décadas, visto que a atenção com aquele continente é esporádica e os resultados questionáveis.

A despeito do discurso diplomático de que o Brasil deve resgatar a integração com a África devido as proximidades históricas¹³, o motivo mais realista e plausível para esta aproximação é a busca por apoio na campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Segundo discurso do governo brasileiro, é necessário reformar a ONU e seu Conselho de Segurança, que deverá contar com novos membros permanentes vindos da Ásia, África e América Latina. Nessa rota integracionista, o país tem buscado incentivar a cooperação sul-americana com a África e tem atuado no fortalecimento do diálogo

¹³ A relação entre Brasil e África começa no século XVI com a escravidão negra. A implantação do trabalho escravocrata no Brasil contribuiu para um desenho bastante peculiar na estrutura social brasileira. Hoje, o país possui a segunda maior população negra do mundo, só estando atrás da Nigéria. Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2006), em 2006 eram negros no Brasil 49,5% da população. Sabendo-se que em 2006 o Brasil tinha aproximadamente 187 milhões de habitantes, a população auto-declarada negra equivale a quase 93 milhões de brasileiros. Podemos mencionar ainda que, desde o fim dos anos 1980, tem crescido na África a penetração da televisão brasileira, em especial com as telenovelas, com as igrejas evangélicas e com o estabelecimento ilícito de redes de contrabando, tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro. Aspectos culturais e de segurança, assim, se tornaram agendas comuns no relacionamento entre as duas margens do Atlântico Sul. Além disso, o Brasil também tem recebido refugiados e imigrantes do continente africano, fugidos de guerras e da pobreza.

político e da integração econômica com essa região, como aparece no acordo de comércio preferencial do MERCOSUL com a União Aduaneira da África Austral - SACU.

O SACU é uma área de cooperação econômica do continente africano que envolve África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, sendo que a África do Sul responde por mais de 95% do seu PIB. Segundo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre os 950 itens incluídos pela SACU no Acordo de Comércio Preferencial estão 150 itens do setor de alimentos (principalmente processados) e mais de 200 itens do setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Há, atualmente, conversas no sentido de se iniciar a negociação de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL, a Índia e a SACU (NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MERCOSUL-SACU/MRE, 2009).

Apesar do seu tom de desconfiança, o próprio Amaral (2008) reconhece que, se programado a médio prazo, tendo foco e continuidade, o contato com a África pode trazer rentáveis retornos ao Brasil. Dada a proximidade cultural e o diálogo político, algumas nações africanas oferecem também atraentes oportunidades de investimentos para o país, dentre elas a ampliação do mercado de etanol, seja para o consumo, seja para o auxílio técnico na sua produção. Com esse incentivo, o Brasil e esses países podem atuar juntos no desenvolvimento de um mercado mundial para essa importante commodity do ramo energético.

Exemplo dessa cooperação, com apoio diplomático brasileiro, foi a inauguração, em junho deste ano, da primeira usina de etanol da África, no Sudão. O empreendimento pertence à Kenana Sugar Company, empresa que tem como acionistas os governos do país africano, do Kuwait e da Arábia Saudita, de bancos e outras entidades com sede em países árabes e no Japão. A usina, no entanto, foi construída pela brasileira Dedini Indústria de Base, com material produzido pela empresa no Brasil. O investimento realizado na compra de equipamentos e máquinas foi de 15 milhões de euros, segundo o secretário-geral da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, Michel Alaby. Além disso, o secretário informou que existem hoje 10 projetos de

construção de novas usinas de açúcar e álcool naquele continente, as quais possivelmente terão participação de empresas brasileiras em suas construções (UDOP – UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA, 2009).

Fazendo um sintético levantamento histórico desde o fim da ditadura, com o governo Sarney podíamos verificar algum contato brasileiro com a África, mas a ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica abriram uma fase de distanciamento em relação ao continente, o que se acirrou com a criação do MERCOSUL, em 1991. Afinal, para além de Estados Unidos e Europa, grande parte da atenção brasileira se deslocava, nesse momento, para a própria região sul-americana. Em 1993, Itamar Franco reativou a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que tem o objetivo do uso pacífico do hidroespaço atlântico pelos Estados ribeirinhos, que havia sido criada em 1986, mas estava desativada. Além disso, realizou o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa em Brasília e apoiou bilateralmente e multilateralmente - via ONU - o processo de paz e reconstrução de alguns países do continente (CAMPOS, 2008).

Já no período FHC (1995-2002), o lugar da África na política externa brasileira continuou modesto, tendo havido, no entanto, algumas iniciativas de destaque. A partir de 1995 o exército brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola. Em 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Angola e África do Sul, firmando acordos em várias áreas e, em 1998, o presidente sul-africano Nelson Mandela visitou o Brasil, de modo que a nova África do Sul¹⁴, pós-apartheid, emergia como parceira importante. No mesmo sentido, a cooperação no campo das políticas públicas cresceu bastante entre o Brasil e o continente africano, o que aparece na luta brasileira por

¹⁴ A África do Sul é um país com muitas riquezas naturais. Segundo Dupas (2006) possui 40% das reservas mundiais de ouro, 25% das reservas de diamante, além da quase totalidade das de platina, manganês, cromo e vanádio. No início da década de 1980 o acirramento das sanções em represália ao regime de segregação racial dificultou as condições econômicas do país. Somente no início da década de 1990, com o fim do apartheid em 1992 e as eleições de Nelson Mandela para a presidência, a África do Sul vai retomando aos poucos os contatos estratégicos com outros países fora do continente.

quebrar os direitos de patente dos medicamentos contra a AIDS, epidemia que assola a África Austral (VIZENTINI; PEREIRA, 2008).

O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a dizer, à época em que estava no governo, que “a África, infelizmente, é um continente que parece à deriva” (CARDOSO e SOARES, 1998, p. 254). E ainda:

A nossa percepção da África é uma percepção quase imemorial dada a presença negra no Brasil. Não exatamente a África política, é a religião, é a escravidão, é a cor da nossa pele. [...] Outra coisa é a África de hoje. As informações sobre a África são muito escassas no Brasil. Faria apenas duas exceções: Angola, por causa de maiores interesses econômicos de brasileiros lá e pelo fato do MPLA ter sido apoiado pelo Brasil; e África do Sul, que é fato novo, que se deve também a presença extraordinária de Nelson Mandela. O restante da África é muito pouco falado, há muito pouca informação (CARDOSO e SOARES, 1998, p. 304).

Com isso, percebemos que havia restrição diplomática pela própria ausência de maiores informações sobre a África que estimulasse a cooperação com aquele continente. Já com o governo Lula, percebemos uma considerável inflexão, de modo que o continente africano passou a ser encarado como uma das áreas de maior investimento do seu governo.

Durante seu primeiro mandato, Lula realizou 4 viagens à África, visitando um total de 17 países em pouco mais de dois anos. Em novembro de 2003, esteve em São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Em dezembro do mesmo ano foi ao Egito e Líbia. Em julho de 2004 visitou São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde. Em abril de 2005, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal. Em fevereiro de 2006 foi à Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul (novamente). Nos quatro primeiros anos do governo Lula, o Brasil abriu embaixadas desativadas no governo FHC e inaugurou novas representações diplomáticas e um consulado-geral, totalizando 13 novos postos. A presença brasileira na África saltou de 18 para 30 embaixadas ao longo do governo Lula¹⁵, e dois consulados-gerais. Por outro lado,

¹⁵ Como resultado, o Itamaraty ampliou consideravelmente o número de vagas em seu

despertou-se o interesse de países africanos na abertura de postos diplomáticos no Brasil (Benin, Guiné-Conacri, Guiné Equatorial, Namíbia, Quênia, Sudão, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), de modo que entre 2003 e 2006 o número de embaixadores africanos no país saltou de 16 para 25 (RIBEIRO, 2007a).

Seguindo essa linha, o Brasil desenvolveu com países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹⁶ fortes programas de cooperação bilateral. Entre os mais significativos estão a abertura de centros de ensino técnico brasileiros no Timor Leste (que fica na Ásia) e em Angola, e a disposição de urnas eletrônicas para o pleito de Guiné-Bissau, que acabou adiado por conta do golpe militar ocorrido no país em 2008. Foi negociada, ainda, em Moçambique, a instalação de uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais. Também em Moçambique, a Companhia do Vale do Rio Doce está presente desde 2004 em Moatize, norte do país, após ganhar concurso internacional para a realização de pesquisas, naquela que é considerada uma das maiores reservas carboníferas do mundo (@VERDADE, 2009).

Em Angola, a interação política tem favorecido enormemente as relações comerciais e os investimentos brasileiros no país. O atual governo brasileiro ampliou as linhas de crédito ao Estado angolano de modo a permitir a conclusão da hidroelétrica de Capanda, exportações de automóveis e viaturas de polícia, além da contratação de novos projetos nas áreas de infra-estrutura, saneamento e agricultura (RIBEIRO, 2007b). Faz-se relevante mencionar, ainda, que, conforme informação do embaixador brasileiro em Angola, Afonso José Sena Cardoso, as empresas brasileiras respondiam, em 2007, a 10% do PIB angolano, refletindo a enorme participação brasileira naquele país.

A Petrobras, por sua vez, numa interessante lógica de internacionalização de empresas brasileiras na África, já está presente em sete países do continente - Nigéria, Angola, Guiné Equatorial, Líbia,

concurso público anual.

¹⁶ A CPLP, criada em 1996, envolve uma população de 240 milhões de pessoas em vários continentes, a maioria da África. São seus componentes: Brasil, Portugal, Timor Leste, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Eles têm buscado cooperação nas áreas de segurança, negócios, saúde e educação.

Tanzânia, Moçambique e Senegal -, trabalhando com empresas locais e estrangeiras na prospecção em águas profundas e no segmento de exploração e produção de petróleo. Por outro lado, existe a participação de empresa privada angolana na exploração de hidrocarbonetos em terras brasileiras. A Somoil (Sociedade Petrolífera Privada Angolana) venceu, em 2007, concurso internacional para participar de pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e gás no Brasil. No contrato, ela deveria ficar com 50% da concessão do Bloco BT-REC-18, na Bacia do Recôncavo, na Bahia, tornando-se a primeira empresa petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização (REVISTA O PETRÓLEO/ ANGOLA, 2007).

Mas há um tipo de relação com o continente africano que tem servido de críticas ao governo atual. Trata-se da forma como a diplomacia brasileira tem lidado com a questão dos direitos humanos no Sudão. Isso porque o Brasil, defensor dos Direitos Humanos e signatário do Tribunal Penal Internacional (TPI), se absteve de comentar o mandado de prisão emitido em março contra o presidente sudanês, Omar al Bashir, acusado de crimes de guerra e contra a humanidade em Darfur. O silêncio sobre a ordem do TPI tem a ver com a resistência do Brasil em apoiar condenações contra o Sudão no Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, criado em 2006 em substituição à Comissão de Direitos Humanos. O argumento do Itamaraty é que as punições só isolam mais as ditaduras, e que, portanto, negociações seriam mais eficazes na resolução do conflito em Darfur do que sanções. Críticos alegam que, para obter apoio no sentido de conseguir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, a diplomacia brasileira corre o risco de cair em séria contradição, sugerindo que o interesse do apoio do Sudão seja a razão pela sua postura (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Considerações Finais

Neste trabalho, procurei tratar de uma nova e relevante perspectiva da política internacional que diz respeito às coalizões Sul-Sul, aqui abordando a atuação da política externa do Presidente Luís

Inácio Lula da Silva em torno deste modelo multilateral de cooperação. Embora algum tipo de articulação ao Sul não seja novidade para a diplomacia brasileira, percebo que no atual momento histórico a sua iniciativa desempenha papel bastante peculiar. O primeiro motivo é que as articulações ao Sul, aqui tratadas, são fruto de estratégia de política exterior, empenhada na aproximação do Brasil junto às novas forças emergentes da atualidade. O segundo motivo que marca a peculiaridade destas coalizões é exógena, e está relacionada com o estágio contemporâneo da política mundial, que vai deixando para trás a rigidez de outros momentos, e se arrasta a passos largos para arranjos multilaterais.

Em Política Internacional, pelo fato de tratarmos de ciências sociais, não podemos deixar escapar nenhuma variável de análise, tampouco deixar de pensar os fenômenos como articulados entre si. É com essa premissa que devemos tentar entender as razões pelas quais a política externa brasileira escolheu, em grande medida, e não somente, o Sul como alternativa diplomática do século XXI. As ambições brasileiras recentes ampliaram-se em comparação com momentos anteriores, e tanto o Brasil como os novos atores de destaque tentam aproveitar as profundas mudanças do jogo para deixarem no passado a posição de ouvintes e decisivamente ingressarem no rol dos tomadores de decisão do tabuleiro internacional.

Entretanto, alguns resultados da diplomacia do governo Lula são discutíveis e muitos críticos sublinham que o discurso é mais articulado que o próprio sucesso de suas ações, alegando, por exemplo, a incapacidade do Brasil no apaziguamento de tensões na América do Sul, de modo que o país não consegue transmitir a sua estabilidade política para alguns dos vizinhos. Quanto à aproximação com a África, aqui reside mais um ponto polêmico da política externa atual, resultando em análises tanto favoráveis quanto desfavoráveis. Favoráveis são aqueles que apóiam a integração com um continente historicamente próximo ao Brasil, com quem nosso país teria uma dívida a pagar em razão da escravidão. Defendem que a proximidade cultural pode favorecer os negócios, principalmente no médio e longo prazo. Desfavoráveis são os

analistas que não vêem ganho nesta cooperação, olhando somente para uma relação deficitária para o Brasil no curto prazo, e analisando com profunda desconfiança qualquer relação num continente instável e incerto como a África. A minha posição é de que a cooperação Brasil-África pode ser extremamente vantajosa para ambos, econômica e politicamente, mas sou contra a diplomacia brasileira ser ausente de posicionamento firme quando líderes africanos infringem os direitos humanos – uma das conquistas éticas mais importantes da modernidade.

Outro ponto do qual não podemos nos esquecer é que o campo diplomático carrega consigo envolvimento políticos e econômicos, e muitas vezes, sociais e culturais. Daí ser uma área que se refere a escolhas importantes que impactam diretamente na vida dos cidadãos comuns de cada país. O Brasil, apesar da importância do respeito diplomático que adquiriu nos últimos anos, tem déficits com a população interna que devem ser levados em conta quando da realização dos seus empreendimentos externos. Trata-se da pobreza ainda elevada, apesar da sua considerável queda nesta década; da deficiência educacional de parcela significativa da população, que impede ambições internas e o próprio desenvolvimento da economia; e da elevada desigualdade social, que reduz a integração interna em torno da cidadania e proporciona o assistencialismo.

Por fim, digo que a política exterior do governo Lula é peculiar pelo momento histórico em que está inserido, tem relevante marca diplomática na valorização das coalizões ao Sul, manifesta um acertado discurso favorável à redução das assimetrias internacionais, mas precisa estar atenta aos interesses da população. Frente à crise que abala o mundo, só o tempo nos permitirá novas interpretações acerca das ações diplomáticas tomadas atualmente e só assim conheceremos o futuro do multilateralismo como estratégia da nossa política externa.

Walace Ferreira é Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); Doutorando em

Sociologia no IUPERJ, onde pesquisa Política Externa Brasileira; e Professor substituto da Faculdade de Ciências Sociais da UERJ.
E-mail: wferreira@iuperj.br

Referências:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PEExtLula.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

AMARAL, Sérgio. Uma política externa para o século XXI. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso; LINS DA SILVA, Eduardo (Orgs.). A nova configuração mundial do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

AMORIM, Celso. Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos. Análise de Conjuntura OPSA, n. 4, 14 f., mar. 2005. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Artigo%20Celso%20Amorim.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2009.

@ VERDADE. 2009. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/index.php?view=article&id=1405%3Avale-do-rio-doce-lanca-projecto-de-carvao-de-moatize&option=com_content&Itemid=61>. Acesso em: 13 jul. 2009.

BBC BRASIL. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090616_bricsreuniao_ss.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2009.

CAMPOS, Diego Araújo. A África na política externa brasileira. Mundorama – Divulgação científica em Relações Internacionais, 2008. Disponível em: <<http://mundorama.net/2008/04/08/a-africa-na-politica-externa-brasileira-por-diego-araujo-campos/>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique; SOARES, Mario. O mundo em português: um diálogo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1998.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Revista Brasileira de Política Internacional - IBRI, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35846201.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

DUPAS, Gilberto. África do sul, Brasil e Índia: divergências, convergências e perspectivas de alianças. In: VILLARES, Fábio (Org.). Índia, Brasil e África do Sul – perspectivas e alianças. São Paulo: UNESP, 2006. p. 335-363.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u534925.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS. 2003. Disponível em: <www.forumibsa.org>. Acesso em: 13 jul. 2009.

G-20/MRE. 2003. Disponível em: <<http://www.g-20.mre.gov.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

HAASS, Richard. The Age of Nonpolarity: What Will Follow US Dominance? Foreign Affairs, New York, v. 87, n. 3, p. 94-110, may.-jun. 2008. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/63397/richard-n-haass/the-age-of-nonpolarity>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1997.

IBAS. 2008. Disponível em: <www2.enap.gov.br/ibas>. Acesso em: 13 jul. 2009.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas. Retrato das Desigualdade: programa de igualdade de Gênero e Raça. Brasília: IPEA, 2006.

JAGUARIBE, Helio. Integração Sul Americana. Dossiê Cebri, Edição especial Desafios da Política Externa Brasileira, Rio de Janeiro, ano 7, v. 1, p. 33-34, 2008.

LACERDA, Antônio Correa de. O crescimento dos BRIC's. 2007. Disponível em: <http://www.ahk.org.br/extranet/revista/2004/comen_econ_jan_fev07_port.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2009.

LIMA, João Policarpo Rodrigues; GATTO, Maria Fernanda Freire. O Mercosul, os fluxos de comércio e as regiões brasileiras. In: HOFMEISTER, Wilhelm. Integração Regional e Políticas de Coesão – As experiências do Brasil e da União Européia. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2008. p. 77-97.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. Revista Brasileira de Política Internacional -

IBRI, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

LISTA DE PAÍSES POR PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA). Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_\(Paridade_do_Poder_de_Compra\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_(Paridade_do_Poder_de_Compra))>. Acesso em: 13 jul. 2009.

NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MERCOSUL-SACU/MRE. 2009. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1396>. Acesso em: 13 jul. 2009.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Coalizões sul-sul e as negociações multilaterais: os países intermediários e a coalizão IBSA. 1. ed. São Paulo: Mídia Alternativa Editora, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G-20. Revista Brasileira de Política Internacional - IBRI, Brasília, v. 48, n. 2, p. 55-69, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a03v48n2.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

O'NEILL, Jim. Building better global economic BRICs. Global Economics Paper - Goldman Sachs, New York, n. 66, s/p, 30 nov. 2001.

REVISTA O PETRÓLEO/ ANGOLA. 2007. Disponível em: <<http://www.revistaopetroleo.net/ed01/emfoco01.htm>>. Acesso em 13 jul. 2009.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006). 2007. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP, [2007a].

_____. Política africana do governo Lula: um ponto de inflexão (e reflexão). Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, 2007b. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2007/06/30/politica-africana-do-governo-lula-um-ponto-de-inflexao-e-reflexao/>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

SOUZA, Amaury de. A agenda internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC a Lula. Rio de Janeiro: Elsevier/ CEBRI, 2009.

SUAPESQUIZA.COM/ UNASUL. 2008. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/geografia/unasul.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

UDOP - UNIÃO DOS PRODUTORES DE IOENERGIA. 2009. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1054142>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

UNDP. Forging a Global South. United Nations Day for South-South Cooperation. 2004. Disponível em: <<http://tcdc.undp.org/doc/Forging%20a%20Global%20South.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula – Uma década de política externa (1995-2005). Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 381-397, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9/1602>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A política africana do governo Lula. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais - UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

ZAKARIA, Fareed. The Post-American World. New York: W.W. Norton & Company, 2008.